



CLIPPING INTERNET
22/10/2019 ATÉ 22/10/2019



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	1
	1.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	2
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	3
	2.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	4
	2.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	5
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	3.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	6
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	7
	4.2 BLOG CARLINHOS FILHO.....	8
	4.3 PORTAL DO MUNIM.....	9
	4.4 SITE O PROGRESSO.....	10
5	CONVÊNIOS	
	5.1 BLOG IRMÃO INALDO.....	11
	5.2 SITE O ITAQUI.....	12
6	DECISÕES	
	6.1 BLOG DO NETO FERREIRA	13
	6.2 BLOG ZECA SOARES.....	14
	6.3 SITE ICURURUPU.....	15
	6.4 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	16
	6.5 SITE O ITAQUI.....	17
7	DESEMBARGADOR	
	7.1 BLOG ATUAL 7.....	18
8	EXECUÇÕES PENAIS	
	8.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	19
9	INSTITUCIONAL	
	9.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	20
10	JUÍZES	
	10.1 SITE IMIRANTE.COM.....	21
11	POSSE	
	11.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	22
12	PRESIDÊNCIA	
	12.1 BLOG ABEL CARVALHO.....	23
	12.2 BLOG ATUAL 7.....	24
	12.3 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	25
13	SINDJUS	
	13.1 SITE SINDJUS.....	26
14	VARA CÍVEL	
	14.1 BLOG NETO CRUZ.....	27
15	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	15.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	28
16	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	16.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	29

Desembargador José Joaquim sinaliza que corregedor continua na disputa do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, garantiu que o corregedor-geral de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, não está fora da disputa para a presidência da Corte Judiciária. A declaração foi dada com exclusividade ao Blog do Neto Ferreira nesta quarta-feira (16).

“O desembargador Marcelo [Carvalho] não é página virada. Nada contra ninguém, mas ele não é página virada”, garantiu.

No início de outubro, o corregedor de Justiça encaminhou um ofício ao presidente da Corte renunciando a sua candidatura a presidência do Judiciário.

No documento, ele alegou motivos pessoais para a saída da disputa. Mas não descartou a sua participação em outras eleições futuras (saiba mais).

Irmão de Vinícius Louro é preso em Pedreiras

Policiais da 14ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Pedreiras, prenderam, no final da tarde desta terça-feira, 22, Antônio Serapião de Oliveira Neto, irmão do deputado estadual Vinícius Louro e filho do ex-prefeito pedreirense Raimundo Louro.

Neto foi preso por determinação da Justiça (Comarca de Esperantinópolis/MA), nos autos do processo nº 1527-74.2017.8.10.0086, em razão de débito alimentar no valor de R\$ 13.000.00 (treze mil reais).

O irmão de Vinícius Louro nesse momento está recolhido às grades da Delegacia Regional de Pedreiras.

Duailibe nega pedido de Rubens Júnior para suspender ação por nepotismo

Secretário de Cidades virou réu no processo juntamente com o conselheiro do TCE, Edmar Cutrim. Ministério Público diz que eles trocaram emprego a parentes por quase seis anos

O desembargador Ricardo Duailibe, do Tribunal de Justiça do Maranhão, negou liminar solicitada pelo secretário estadual de Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior, para suspender a decisão da 7ª Vara da Fazenda de São Luís que o tornou réu por nepotismo cruzado.

Na decisão, proferida no último dia 11, Duailibe manteve o recebimento da ação civil pública pelo juízo de primeira instância e determinou o prosseguimento do processo.

A defesa do secretário, que é deputado federal licenciado e possível candidato a prefeito da capital, alegou em seu recurso que não há qualquer indício de que ele tenha cometido improbidade.

Segundo a acusação do Ministério Público, pelo período de quase seis anos, Rubens Júnior empregou em seu então gabinete na Assembleia Legislativa o filho do conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão, Edmar Serra Cutrim, Glalbert Cutrim —que hoje é ele próprio deputado estadual, pelo PDT.

Em troca, diz o MP, Edmar Cutrim, também réu na ação, empregou para assessorá-lo no TCE-MA a irmão do comunista, a odontóloga Camila Torres e Silva.

TRE julga hoje embargos em ação que pede cassação de Pará Figueiredo

Membros da corte decidiram em agosto, por maioria, pela extinção do processo, com resolução de mérito, sob alegação de decadência

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Maranhão julga, nesta terça-feira 22, a partir das 15h, embargos em uma ação que pede a cassação de todos os candidatos a deputado do PSL que disputaram as eleições de 2018 no estado. Entre os alvos está o único deputado eleito pela legenda, Pará Figueiredo, filho do presidente do Tribunal de Justiça, Joaquim Figueiredo.

Em agosto, o pleno da corte decidiu, por maioria, nos termos do voto do relator, juiz Júlio César Lima Praseres, extinguir o processo, com resolução do mérito, em razão de alegada decadência, por o partido, no entendimento dos membros do TRE-MA, não ter também sido incluído no polo passivo, no prazo legal, na qualidade de litisconsorte necessário.

A decisão foi contrária ao parecer no Ministério Público Eleitoral, autor da ação, tendo sido voto vencido apenas o juiz Wellington Cláudio Pinho de Castro.

Segundo o procurador-regional eleitoral no Maranhão, Pedro Henrique Castelo Branco, que avisou já durante a sessão que iria impugnar a decisão tomada pela maioria do tribunal, o presidente do PSL no estado, vereador Chico Carvalho, fraudou a composição da lista de candidatos às eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa, apenas para cumprir o percentual de 30% de candidatas mulheres exigido por lei.

Carvalho nega as acusações.

Em depoimentos no bojo da ação, ao menos três dessas candidatas revelaram que sequer sabiam seus números e nomes de urna. Uma delas disse ainda que teve assinatura falsificada para dar aparência de legalidade à candidatura.

Recentemente, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu que o uso de candidaturas femininas fictícias nas coligações, as chamadas candidaturas laranjas, pode levar à cassação de toda a chapa.

Judiciário de Lago da Pedra divulga resultado de seleção de projeto educativo para aquisição de jogos de xadrez

A 1ª vara da comarca de Lago da Pedra divulgou o resultado da seleção de organizações com projeto social voltado para a área da educação, com o objetivo de adquirir 60 tabuleiros de xadrezes para doação às escolas localizadas na área de abrangência da comarca de Lago da Pedra e termos judiciários de Lago do Junco, Lagoa Grande e Lago dos Rodrigues, que vão participar da II Copa de Xadrez da Região dos Lagos, com o objetivo estimular, por meio desse esporte, o desenvolvimento do raciocínio, concentração, criatividade e pensamento abstrato dos estudantes.

O juiz informou que após a publicação do Edital de convocação nº 3/2019, em 17 de setembro de 2019, não houve inscrição de nenhum projeto social, no período de 18 a 30 de setembro. No entanto, a empresa Ponto do Xadrez Ltda/ME (CNPJ n.º 17.724.828/0001-95), com sede em Harmonia, Rio Grande do Sul, informou o interesse em fornecer os xadrezes para as escolas municipais de Lago da Pedra e regionais.

Âncora

Como não houve a inscrição de candidatos interessados ou aptos, o juiz determinou a destinação da verba arrecadada à empresa Ponto do Xadrez, cujo responsável é o senhor Dragan Stamenkovic, que apesar de não ter sido inscrita no prazo determinado no edital, preencheu todos os requisitos exigidos na seleção.

O juiz determinou, ainda, a emissão do alvará para levantamento da parcela, devendo o prestador do serviço observar os prazos estipulados no Edital e as disposições da Resolução n.º 154 (Conselho Nacional de Justiça), bem como no Provimento n.º 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Serão adquiridos 60 xadrezes com as seguintes com peças em polietileno, de alta durabilidade, com peso e feltro na base. Cada tabuleiro de xadrez será adquirido no valor de R\$ 104,50, tendo como valor total o montante de R\$ 6.270,00, incluindo o frete.

RECURSOS - A seleção foi aberta por meio do Edital nº 3/2019, assinado pelo juiz Marcelo Santana Farias, titular da 1ª vara da comarca de Lago da Pedra, em 17 de setembro de 2019, destinada a organizações com finalidade social, interessadas com o objetivo de obter recursos financeiros oriundos de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional de processos em tramitação na comarca de Lago da Pedra.

Em novo podcast, Othelino destaca nova edição do Assembleia em Ação e repercute o lançamento da Constituição Estadual Anotada

Na 12ª edição do Podcast 'Diálogo com Othelino', o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), repercutiu o lançamento da Constituição Estadual Anotada e a nova etapa do programa Assembleia em Ação que acontece nesta sexta (25), na cidade de Timon, envolvendo lideranças políticas e a população da região leste do Maranhão.

Othelino Neto explicou que a Constituição Estadual Anotada, lançada como parte da comemoração dos 30 anos da Carta Magna maranhense, foi elaborada pelos deputados Neto Evangelista (DEM), Zé Inácio Lula (PT), Glalbert Cutrim (PDT) e Zé Gentil (PRB), consultores Assembleia Legislativa e de outros órgãos, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

“Foi um trabalho de muitas mãos, que agora está pronto e já está disponibilizado no site da Assembleia. Também estamos encaminhando para todos os órgãos que são ligados à execução do Direito para que tenham um exemplar da Constituição com as alterações que ocorreram nos últimos anos”, enfatizou.

O presidente falou ainda sobre o programa Assembleia em Ação que, nesta 2ª edição, acontece próxima sexta (25), a partir das 8h, no Centro de Convenções Maranhenses, na cidade de Timon.

“Será uma oportunidade de conhecermos um pouco mais das necessidades daquela região e o que aquela parte importante do Maranhão pensa sobre a Assembleia, o que esperam de nós. E, certamente, será um momento para voltarmos de lá com mais informações sobre o Leste maranhense”, acentuou Othelino.

CRISES

Ainda no podcast, Othelino Neto também tratou de assuntos que estão repercutindo no cenário nacional, como a crise no Partido Social Liberal (PSL), legenda do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo ele, a crise no PSL representa o momento difícil em que passa o país. “Quem deveria cuidar da estabilidade, da paz e liderar um momento de pacificação nacional, acaba brigando, não só com a oposição, a quem trata de forma desrespeitosa, mas também dentro do próprio governo. É mais uma página triste dessa quadra lamentável por que passa o país”, ressaltou.

Othelino finalizou esta edição lamentando o vazamento de óleo que contaminou várias praias do Nordeste. “Talvez seja a maior tragédia ambiental envolvendo a costa brasileira”, pontuou o parlamentar, criticando, em seguida, a falta de posicionamento do Governo Federal.

“O Governo, que tem por obrigação coordenar a busca de quem causou e a contenção do impacto, se omitiu esse tempo todo e não consegue dar uma resposta. Para piorar, o Comitê de Contingenciamento foi extinto há alguns meses, ou seja, o país está completamente desprotegido para situações como essa. Os impactos são muito grandes, alguns irreversíveis e nos assusta a incapacidade do presidente da República de intervir para diminuir esses problemas”, finalizou Othelino Neto.

VÍDEO EM <https://youtu.be/4XpQz3HOBxY>

Associação dos magistrados já aprovou indicativo de "greve" contra lei do abuso de autoridade

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, concedeu entrevista ao jornalista Juraci Filho, da TV Assembleia, sobre os impactos da lei de abuso de autoridade e da contrariedade da categoria à matéria já sancionada.

Ângelo disse que foi feita reunião de emergência realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em Brasília, com a presença de representantes de entidades de vários estados brasileiros, com o propósito de planejar as estratégias voltadas à mobilização da sociedade acerca dos prejuízos causados pela referida lei.

foi deliberado que as entidades da Magistratura promovam consultas junto aos magistrados de cada estado, para saber se aprovam uma nova mobilização nacional contra a Lei do Abuso de Autoridade, com possível paralisação em data a ser definida.

No Maranhão, a AMMA já realizou consulta on line, resultando na aprovação da paralisação pela maioria dos magistrados associados.

"Todas as classes que entendem que essa lei criminaliza funções essenciais da Magistratura, do Ministério Público e das polícias ingressaram no STF e todas as ADINs estão nas mãos do mesmo relator, o ministro Celso de Melo. [...] Aqueles atuam no sistema de segurança jurídica vão atuar em uma insegurança jurídica enorme que pode gerar, no futuro, punição criminal para eles", afirmou.

The post Associação dos magistrados já aprovou indicativo de "greve" contra lei do abuso de autoridade appeared first on Blog do Clodoaldo.

Judiciário abre inscrições para o projeto 'Casamentos Comunitários' em Timon

Casais residentes na Comarca de Timon (400km da Capital) podem se inscrever para a Edição 2019 do projeto "Casamentos Comunitários" da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a partir desta segunda-feira, dia 21 de outubro. O juiz Adriano Lima Pinheiro, respondendo pela Vara da Família, publicou edital com as regras para a cerimônia que ocorrerá no dia 6 de dezembro, às 10h, no Centro de Convenções Maranhenses, Rua Firmino Gonçalves Pedreira, n. 285, Centro, em Timon.

As inscrições serão realizadas pelo Cartório Extrajudicial do 2º Ofício, em horário comercial, localizado na Avenida Magalhães de Almeida, n.º 64, Centro. Os casais têm até o dia 19 de novembro para efetivar o ato e garantir a participação na solenidade.

Entre os documentos exigidos no ato da inscrição estão o original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

Todos os atos ligados ao casamento comunitário são gratuitos. O projeto já uniu, em todo o Estado, mais de 120 mil casais.

CASAMENTOS COMUNITÁRIOS - O Projeto Casamentos Comunitários foi instituído pelo Poder Judiciário maranhense em 1998, idealizado pelo desembargador Jorge Rachid. A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto Casamentos Comunitários, especialmente junto aos cartórios. As informações são do TJMA.

Presidente da AMMA destaca impacto da Lei do Abuso de Autoridade para a Magistratura

Presidente da AMMA destaca impactos da Lei do Abuso de Autoridade na Magistratura em entrevista à TV Assembleia. A aprovação da Lei 13.869/19, conhecida por 'Lei do Abuso de Autoridade', pelo Congresso Nacional, com os impactos sobre a carreira da Magistratura, foi o principal ponto destacado pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, ao participar, nesta segunda-feira (21), do quadro Sala de Entrevista, no telejornal Portal da Assembleia, apresentado pelo jornalista Juraci Filho.

Angelo Santos falou sobre a recente reunião de emergência realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em Brasília, com a presença de representantes de entidades de vários estados brasileiros, com o propósito de planejar as estratégias voltadas à mobilização da sociedade acerca dos prejuízos causados pela referida lei.

De acordo com Angelo Santos, o primeiro ponto tratado na reunião foi a decisão da AMB de ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), já em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), impugnando artigos da Lei 13.869/2019.

"Todas as classes que entendem que essa lei criminaliza funções essenciais da Magistratura, do Ministério Público e das polícias ingressaram no STF e todas as ADINs estão nas mãos do mesmo relator, o ministro Celso de Melo", explicou.

Outra deliberação das entidades da Magistratura, segundo o presidente da AMMA, foi a realização de campanhas institucionais para que todos tenham a real noção dos malefícios que a lei vai trazer à sociedade, que não terá o amparo necessário para o combate à corrupção e à criminalidade.

O magistrado enfatizou que pesquisas realizadas em nível nacional, junto à população, demonstram que a principal preocupação da sociedade brasileira é o combate à corrupção. "A lei aprovada contraria o anseio da nossa população, então a sociedade precisa questioná-la no Supremo", disse.

Na entrevista, o presidente da AMMA também elencou os principais artigos da 'Lei do Abuso de Autoridade' que, segundo ele, trazem malefícios às carreiras, promovem a insegurança jurídica, com sérios prejuízos ao combate à criminalidade, beneficiando as organizações criminosas que tanto assolam o país.

"Aqueles atuam no sistema de segurança jurídica vão atuar em uma insegurança jurídica enorme que pode gerar, no futuro, punição criminal para eles", destacou Angelo.

Consulta

O presidente da AMMA ressaltou que a Magistratura se mantém em permanente alerta e já realizou um ato público em todo o país, e também em São Luís, antes da sanção da Lei 13.869/2019, para conscientizar a sociedade sobre os malefícios desta norma e em defesa da democracia.

Ainda segundo Angelo, na mesma reunião de Brasília também foi deliberado que as entidades da Magistratura promovam consultas junto aos magistrados de cada estado, para saber se aprovam uma nova mobilização nacional contra a Lei do Abuso de Autoridade, com possível paralisação em data a ser definida.

No Maranhão, a AMMA já realizou consulta on line, resultando na aprovação da paralisação pela maioria dos magistrados associados. Veja a íntegra da entrevista abaixo:

Em podcast, Othelino destaca Constituição Anotada e Assembleia em Ação

VÍDEO EM <https://youtu.be/4XpQz3HOBxY>

Na 12ª edição do Podcast 'Diálogo com Othelino', o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), repercutiu o lançamento da Constituição Estadual Anotada e a nova etapa do programa Assembleia em Ação que acontece nesta sexta (25), na cidade de Timon, envolvendo lideranças políticas e a população da região leste do Maranhão.

Othelino Neto explicou que a Constituição Estadual Anotada, lançada como parte da comemoração dos 30 anos da Carta Magna maranhense, foi elaborada pelos deputados Neto Evangelista (DEM), Zé Inácio Lula (PT), Glalbert Cutrim (PDT) e Zé Gentil (PRB), consultores Assembleia Legislativa e de outros órgãos, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

"Foi um trabalho de muitas mãos, que agora está pronto e já está disponibilizado no site da Assembleia. Também estamos encaminhando para todos os órgãos que são ligados à execução do Direito para que tenham um exemplar da Constituição com as alterações que ocorreram nos últimos anos", enfatizou.

O presidente falou ainda sobre o programa Assembleia em Ação que, nesta 2ª edição, acontece próxima sexta (25), a partir das 8h, no Centro de Convenções Maranhenses, na cidade de Timon.

"Será uma oportunidade de conhecermos um pouco mais das necessidades daquela região e o que aquela parte importante do Maranhão pensa sobre a Assembleia, o que esperam de nós. E, certamente, será um momento para voltarmos de lá com mais informações sobre o Leste maranhense", acentuou Othelino.

CRISES

Ainda no podcast, Othelino Neto também tratou de assuntos que estão repercutindo no cenário nacional, como a crise no Partido Social Liberal (PSL), legenda do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo ele, a crise no PSL representa o momento difícil em que passa o país. "Quem deveria cuidar da estabilidade, da paz e liderar um momento de pacificação nacional, acaba brigando, não só com a oposição, a quem trata de forma desrespeitosa, mas também dentro do próprio governo. É mais uma página triste dessa quadra lamentável por que passa o país", ressaltou.

Othelino finalizou esta edição lamentando o vazamento de óleo que contaminou várias praias do Nordeste. "Talvez seja a maior tragédia ambiental envolvendo a costa brasileira", pontuou o parlamentar, criticando, em seguida, a falta de posicionamento do Governo Federal.

"O Governo, que tem por obrigação coordenar a busca de quem causou e a contenção do impacto, se omitiu esse tempo todo e não consegue dar uma resposta. Para piorar, o Comitê de Contingenciamento foi extinto há alguns meses, ou seja, o país está completamente desprotegido para situações como essa. Os impactos são muito grandes, alguns irreversíveis e nos assusta a incapacidade do presidente da República de intervir para diminuir esses problemas", finalizou Othelino Neto.

Terminal da Praia Grande é interditado parcialmente por risco de desabamento

O Terminal de Integração da Praia Grande, na Avenida Vitorino Freire, no Centro de São Luís, começou esta terça-feira (22) parcialmente interditado. Duas plataformas não estão funcionando por risco de desabamento e até incêndio, segundo auto de infração da Defesa Civil. O consórcio chegou a recorrer, mas a Justiça manteve a decisão.

A decisão inicial era de interditar o terminal por completo, mas depois de um pedido da Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu novo laudo que autoriza o funcionamento parcial do local. Assim, apenas duas das quatro plataformas estão em funcionamento.

Na manhã desta terça, agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) estavam acompanhando o fluxo dos ônibus. Como duas plataformas foram interditadas, o trânsito dentro do terminal ficou mais lento, pois todos os veículos passaram a revezar as outras duas plataformas liberadas para uso.

Os terminais são de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, que repassou a administração para consórcios de empresas que participaram da última licitação do transporte público da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, o responsável é o Consórcio Tagatur Ratrans - Consórcio Central.

A administração dos terminais por parte dos consórcios começou em 2016. A prefeitura disse que consta no contrato entre as partes que a manutenção, limpeza e toda a administração passaram a ser das empresas unidas por meio de consórcios.

"Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central", disse a prefeitura por meio de nota.

A inspeção que confirmou os problemas estruturais no terminal foi feita pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Os problemas atingem telhados, colunas e, por isso, há risco de desabamento. O Ministério Público também acompanha o caso.

"A Defesa Civil constatou a iminência de um acidente. Então enquanto se discute de quem é a responsabilidade, a população está aqui [no terminal] para pegar ônibus com esse risco de desabamento. Então, antes que ocorra uma tragédia de proporções incalculáveis, a Defesa Civil interdita o terminal para se discutir onde vai ser a distribuição das linhas e da integração", disse a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante.

Nota da Prefeitura de São Luís

A Prefeitura de São Luís esclarece que o Terminal de Integração da Praia Grande segue em operação, porém com duas plataformas isoladas por orientação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual para que sejam

reformadas.

Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os demais consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

Em função do impasse, a SMTT está no local desde cedo para organizar a logística e minimizar os transtornos aos passageiros.

Terminal da Praia Grande é parcialmente interditado por falta de segurança na estrutura

Logo cedo agentes de trânsito e representantes do Sindicato das Empresas de Transporte foram ao Terminal da Praia Grande para organizar o tráfego de ônibus pelo local. O Terminal foi parcialmente interditado. Só que existia a possibilidade da interdição total. A determinação veio por meio da Defesa Civil Estadual, que identificou problemas estruturais no Terminal de ônibus da Praia Grande. O Corpo de Bombeiros informou que foi decidida pela interdição parcial do Terminal de Integração da Beira-Mar, sendo mantidas interditadas as plataformas 3 e 4 do local.

O blog conversou com o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins que acompanha o caso. Segundo o magistrado a interdição total iria trazer sérios danos aos usuários do transporte público da capital São Luís.

Ainda segundo o juiz o diálogo com os consórcios formados pelas empresas de ônibus que operam em São Luís, responsáveis pela administração dos terminais de integração da capital já teve início. Já foi firmado acordo para reforma dos terminais da Cohama e Cohab/Cohatrac. As empresas ficaram responsáveis pela reforma do teto, sistema de combate a incêndio e reparos nos banheiros. Já a Prefeitura de São Luís ficou responsável pelo recapeamento asfáltico na parte interna dos terminais e entorno. A pendência agora está no terminal da Praia Grande.

O Terminal localizado no Centro de São Luís é o mais antigo da cidade. Foi construído em 1996, de lá pra cá já se passaram mais de 20 anos e nenhuma grande reforma foi realizada no local.

Douglas de Melo Martins confirmou ainda que nesta semana, na próxima quinta-feira (24), será realizada uma inspeção no terminal da Praia Grande para checar a real situação do espaço e certificar os pontos que precisam de reparos pensando na segurança de rodoviários e usuários do transporte público de São Luís. Por dia, em média, transitam pelo terminal no centro da cidade 100 mil pessoas.

Adelmo Soares participa da abertura da 61ª edição da Expoema em São Luis

O deputado estadual Adelmo Soares (PCdoB) participou durante o último domingo (20) da programação de abertura da 61ª edição da Expoema (Exposição Agropecuária do Maranhão) – considerada a maior feira agropecuária do Maranhão que consolida um espaço de encontro, troca de experiências e negócios diversos para trazer melhorias e inovações no setor.

O evento, realizado pela Associação dos Criadores do Estado do Maranhão em parceria com o Governo do Maranhão, reúne vários expositores, promovendo o conhecimento, novidades em inovação e tecnologia, além de possibilitar inclusão social. A edição da Expoema acontece entre os dias 20 a 27 de outubro, no Bairro da Independência, Tirirical, trazendo, neste ano, uma novidade: A inclusão dos rodeios que complementarão a programação do evento.

Além dos rodeios, a programação traz os tradicionais cursos, palestras, leilões e outras atividades na área da agropecuária e negócios. E, ainda, oferece prestação de serviços à comunidade, com o apoio de órgãos públicos como o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Além do deputado estadual Adelmo Soares, defensor assíduo da agricultura familiar no Estado Maranhão, estiveram presentes diversas lideranças políticas maranhenses como o vice-governador Carlos Brandão (PRB), os parlamentares Duarte Jr. (PCdoB) e Vinícius Louro (PR), a Prefeita em exercício do município de Paço do Lumiar, Paula Azevedo (SD), dentre outras lideranças regionais.

O deputado Adelmo Soares, representando a Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema), enxergou a realização do evento como um grande passo para o desenvolvimento da agropecuária maranhense: “É uma iniciativa excelente, pois torna-se uma oportunidade de reunir toda a classe de empreendedores do agronegócio a fim de traçar novas estratégias para o desenvolvimento desse importante segmento do nosso estado, sempre visando a ampliação e a melhoria dos trabalhos. Parabens ao Governo do Maranhão, representado no vice-governador Carlos Brandão, por apoiar este evento anualmente”, concluiu o parlamentar.

CONVERSA COM O PRESIDENTE: Desembargador Joaquim Figueiredo dialoga com servidores

Um diálogo franco, aberto e democrático com o corpo funcional do Poder Judiciário do Maranhão. Esse é o objetivo do projeto institucional “Conversa com Presidente”, reservando um momento para que os servidores possam conversar diretamente com o desembargador Joaquim Figueiredo, em seu próprio gabinete, no Palácio Clóvis Beviláqua, na praça Pedro II, centro histórico de São Luís.

Nesta sexta-feira (25), das 8h às 8h30, o desembargador Joaquim Figueiredo vai receber novamente servidores e ouvir atentamente suas observações e sugestões para melhoria do funcionamento da máquina judiciária. Os servidores interessados devem se inscrever pelo sistema acadêmico Tutor.

“Desde quando assumi a Presidência do TJMA tenho procurado manter contato permanente com a família judiciária, que tem muito a contribuir com a nossa gestão, dando ideias inovadoras para dinamizar as atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário. Do ponto de vista da gestão pública, a participação ativa dos servidores deve ser sempre valorizada”, ressaltou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

Na concepção do projeto ‘Conversa com o Presidente’, foi considerado o caráter de respeito, cordialidade e o alto nível estabelecido na relação entre os servidores e o desembargador Joaquim Figueiredo, que vem reconhecendo o esforço e a dedicação dos mesmos no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, tendo uma participação mais ativa na gestão do Poder Judiciário, os servidores podem inovar, sugerindo novas práticas e políticas que possam melhorar os serviços jurisdicionais, sendo proativos, inovadores, com alto grau de engajamento profissional.

“Os servidores do Poder Judiciário têm mostrado comprometimento com o trabalho, elevando o papel do Poder Judiciário no cumprimento da sua missão constitucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Além do novo projeto que garante o contato com os servidores no seu próprio gabinete na sede do Tribunal de Justiça, o desembargador Joaquim Figueiredo mantém também, na Rádio Web Justiça do Maranhão – órgão oficial de comunicação do Poder Judiciário – um programa, onde ele presta contas de todos atos e ações institucionais da gestão.

Podcast: Othelino destaca nova edição do Assembleia em Ação e repercute o lançamento da Constituição Estadual Anotada

Mais uma edição do podcast "Diálogo com Othelino" já está disponível

Na 12ª edição do Podcast 'Diálogo com Othelino', o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), repercutiu o lançamento da Constituição Estadual Anotada e a nova etapa do programa Assembleia em Ação que acontece nesta sexta (25), na cidade de Timon, envolvendo lideranças políticas e a população da região leste do Maranhão.

Othelino Neto explicou que a Constituição Estadual Anotada, lançada como parte da comemoração dos 30 anos da Carta Magna maranhense, foi elaborada pelos deputados Neto Evangelista (DEM), Zé Inácio Lula (PT), Glalbert Cutrim (PDT) e Zé Gentil (PRB), consultores Assembleia Legislativa e de outros órgãos, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Foi um trabalho de muitas mãos, que agora está pronto e já está disponibilizado no site da Assembleia. Também estamos encaminhando para todos os órgãos que são ligados à execução do Direito para que tenham um exemplar da Constituição com as alterações que ocorreram nos últimos anos", enfatizou.

O presidente falou ainda sobre o programa Assembleia em Ação que, nesta 2ª edição, acontece próxima sexta (25), a partir das 8h, no Centro de Convenções Maranhenses, na cidade de Timon. "Será uma oportunidade de conhecermos um pouco mais das necessidades daquela região e o que aquela parte importante do Maranhão pensa sobre a Assembleia, o que esperam de nós. E, certamente, será um momento para voltarmos de lá com mais informações sobre o Leste maranhense", acentuou Othelino.

CRISES

Ainda no podcast, Othelino Neto também tratou de assuntos que estão repercutindo no cenário nacional, como a crise no Partido Social Liberal (PSL), legenda do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo ele, a crise no PSL representa o momento difícil em que passa o país. "Quem deveria cuidar da estabilidade, da paz e liderar um momento de pacificação nacional, acaba brigando, não só com a oposição, a quem trata de forma desrespeitosa, mas também dentro do próprio governo. É mais uma página triste dessa quadra lamentável por que passa o país", ressaltou.

Othelino finalizou esta edição lamentando o vazamento de óleo que contaminou várias praias do Nordeste. "Talvez seja a maior tragédia ambiental envolvendo a costa brasileira", pontuou o parlamentar, criticando, em seguida, a falta de posicionamento do Governo Federal.

"O Governo, que tem por obrigação coordenar a busca de quem causou e a contenção do impacto, se omitiu esse tempo todo e não consegue dar uma resposta. Para piorar, o Comitê de Contingenciamento foi extinto há alguns meses, ou seja, o país está completamente desprotegido para situações como essa. Os impactos são muito grandes, alguns irreversíveis e nos assusta a incapacidade do presidente da República de intervir para diminuir esses problemas", finalizou Othelino Neto.

Flávio Dino e o "disse me disse"

Segundo o site Vermelho, o governador Flávio Dino recebeu, na manhã desta sexta-feira (18), jornalistas, ativistas e pesquisadores para tratar sobre o direito à comunicação. Durante a reunião, o governador fez uma defesa pela liberdade de expressão e pluralismo político no país.

Porém, basta uma rápida pesquisa no Google pra constatar que tudo não passa de engodo.

Senão, vejamos:

Enquanto ainda era pré-candidato, no não tão longínquo ano de 2014, Dino já teria movido 17 processos judiciais contra jornalistas e veículos de comunicação (rádio e jornal) no estado. As ações do ex-juiz que tentam silenciar o trabalho jornalístico tramitam nas esferas estadual e federal. O ex-juiz processa jornalistas que não rezam na sua cartilha e na do PCdoB. Com as ações judiciais o comunista Flávio Dino quer impor o "silêncio" de notícias e informações que não lhe agradam. A informação é do Blog do Márcio Henrique.

Já o site Brasil 247, que hoje tece elogios quase que diários ao governador do Maranhão, relatou que o então pré-candidato ao governo do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) processou o editor de política do jornal O Estado do Maranhão e blogueiro Marco Aurélio D'Eça por reparação de danos morais. A ação foi ajuizada na 10ª Vara Cível, da juíza Sônia Amaral. O advogado de Flávio Dino, Carlos Eduardo Lula conta que a ação foi motivada após Marco D'Eça ter publicado que "aliados de Flávio Dino tenham conspirado para insuflar a violência em Pedrinhas (...) Tudo dentro de um esquema articulado e provavelmente - suspeita também já investigada - financiadas direta ou indiretamente com recursos da Embratur". Leia a matéria na íntegra clicando aqui. Resta saber se Dino vai retirar todos os processos já movidos contra a Imprensa Livre [rafiando os ideais da Revolução Francesa] ou vai continuar vendendo ilusões na perseguição do seu projeto político-pessoal.

O post Flávio Dino e o "disse me disse" apareceu primeiro em Neto Cruz.

Terminal da Praia Grande é interditado em São Luís

O Terminal de Integração da Praia Grande, na Avenida Vitorino Freire, no Centro de São Luís, começou esta terça-feira (22) parcialmente interditado. Duas plataformas não estão funcionando por risco de desabamento e até incêndio, segundo auto de infração da Defesa Civil. O consórcio chegou a recorrer, mas a Justiça manteve a decisão.

A decisão inicial era de interditar o terminal por completo, mas depois de um pedido da Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu novo laudo que autoriza o funcionamento parcial do local. Assim, apenas duas das quatro plataformas estão em funcionamento.

Na manhã desta terça, agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) estavam acompanhando o fluxo dos ônibus. Como duas plataformas foram interditadas, o trânsito dentro do terminal ficou mais lento, pois todos os veículos passaram a revezar as outras duas plataformas liberadas para uso.

Os terminais são de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, que repassou a administração para consórcios de empresas que participaram da última licitação do transporte público da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, o responsável é o Consórcio Tagatur Ratrans - Consórcio Central.

A administração dos terminais por parte dos consórcios começou em 2016. A prefeitura disse que consta no contrato entre as partes que a manutenção, limpeza e toda a administração passaram a ser das empresas unidas por meio de consórcios.

A inspeção que confirmou os problemas estruturais no terminal foi feita pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Os problemas atingem telhados, colunas e, por isso, há risco de desabamento. O Ministério Público também acompanha o caso.

“A Defesa Civil constatou a iminência de um acidente. Então enquanto se discute de quem é a responsabilidade, a população está aqui [no terminal] para pegar ônibus com esse risco de desabamento. Então, antes que ocorra uma tragédia de proporções incalculáveis, a Defesa Civil interdita o terminal para se discutir onde vai ser a distribuição das linhas e da integração”, disse a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante.

Nota da Prefeitura

A Prefeitura de São Luís esclarece que o Terminal de Integração da Praia Grande segue em operação, porém com duas plataformas isoladas por orientação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual para que sejam reformadas.

Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela

realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os demais consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

Em função do impasse, a SMTT está no local desde cedo para organizar a logística e minimizar os transtornos aos passageiros.

Judiciário determina reintegração de posse a famílias de produtores rurais de Morros

MORROS/MA - Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Morros julgou procedente o pedido de reintegração de posse feito por 20 famílias de produtores rurais, residentes no Povoado São João dos Costas, no município de Morros. A ação, de reintegração/manutenção de posse, foi movida pela Associação dos Produtores Rurais do Povoado São João dos Costas, em face da requerida M. A. V. C., que alegava ser a dona da área na qual residem mais de vinte famílias. Na área em questão, conforme a parte autora, trabalham mais de cem pessoas. O povoado existe há cerca de cem anos e possui atualmente 70 casas.

A Associação dos Produtores Rurais do Povoado São João dos Costas narra, no pedido inicial, que a requerida iniciou turbações (fato ou ato impeditivo do livre exercício da posse de um bem pelo seu possuidor) na posse dos moradores da localidade ao cercar áreas de uso comum, onde residiriam mais de vinte famílias e trabalhariam mais de cem pessoas, bem como ameaçou os trabalhadores de despejá-los sob a alegação que seria proprietária das terras, equivalente a noventa hectares. Relata a parte autora, ainda, que tentaram de forma amigável conversar com a requerida, porém, sem sucesso, diante da irredutibilidade com que ela trataria sobre o assunto.

O autor afirma que habitam a área em litígio alguns moradores com mais de 60 anos de idade e nascidos no local, onde, por muito tempo, têm sido residência de seus familiares e antepassados. Foi realizada uma audiência de justificação, na qual foram colhidos os depoimentos das testemunhas e do requerente. Posteriormente, foi realizada uma audiência de instrução, oportunidade na qual foram colhidos os depoimentos das partes litigantes. “De início, embora o autor tenha ingressado com ação de manutenção de posse, entendo que, em verdade, não há turbação, mas sim esbulho, vez que o imóvel foi cercado pela ré, limitando a área de uso pela Associação, a ser extirpado por meio de ação de reintegração de posse”, destaca a sentença.

Para a Justiça, o conjunto de provas aponta a posse da área litigiosa por parte da Associação de Produtores Rurais, bem como a ocorrência do esbulho e a data em que teria ocorrido. “Verificou-se que o conjunto de provas trazido aos autos elucida a posse. A requerida admite que o terreno foi cedido por seu pai à Associação, admite que o terreno era utilizado para plantio periódico de roças de mandioca e milho, além de que no espaço já teria funcionado uma granja da Associação. Resta claro, ainda, que o esbulho ocorreu em setembro de 2013. Ao que tudo indica, a Associação empreendeu esforços, dando uma finalidade econômica ao local e fomentando a agricultura, dando à terra uma utilidade que atende aos preceitos constitucionais”, fundamenta a sentença, observando que a propriedade atende à sua função social.

“Todo o conjunto de provas apresenta-se como suficiente para demonstrar que, de fato, a Associação de Produtores Rurais exercia posse sobre o bem e por este zelava, atribuindo-lhe a função social prestigiada pelo ordenamento jurídico pátrio. Assim, entende-se que os associados fazem jus à proteção possessória pretendida, uma vez que os fatos narrados foram corroborados com o conjunto probatório inserido nos autos e dão conta de que houve indevido esbulho do bem objeto da presente demanda. Expeça-se mandado de reintegração definitivo do(s) autor(es) na posse da área esbulhada (imóvel), que deverá ser desocupada pela requerida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da intimação, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia

de descumprimento”, finaliza a sentença.

Com risco iminente de desabamento e incêndio, Terminal da Praia Grande é interditado

Duas plataformas do Terminal da Praia Grande, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, no Centro de São Luís, foram interditadas pela Defesa Civil a partir das 00h dessa terça-feira (22) devido a risco iminente de desabamento e incêndio.

Segundo o auto de interdição, diversas partes do Terminal estão afetadas, como o sistema estrutural, de coberturas, elétrico, sistema de prevenção contra incêndio e pânico e processo marítimo.

O Terminal da Praia Grande é de responsabilidade do Consórcio Taguatur Ratrans - Consórcio Central, já que desde 2016 a administração dos terminais foi repassada pela Prefeitura de São Luís para consórcios de empresas do transporte público da capital.

Leia a nota de Prefeitura de São Luís na íntegra

Por meio de nota, a Prefeitura de São Luís esclarece que o Terminal de Integração da Praia Grande segue em operação, porém com duas plataformas isoladas por orientação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual para que sejam reformadas.

Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os demais consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

Em função do impasse, a SMTT está no local desde cedo para organizar a logística e minimizar os transtornos aos passageiros.

Caso Ivanildo Paiva: envolvidos poderão aguardar julgamento em liberdade

Familiares do prefeito clamam por justiça e pedem socorro ao judiciário.

IMIRANTE IMPERATRIZ

DAVINÓPOLIS - O processo sobre o assassinato do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva já foi concluído e agora o juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Marcos Antonio de Oliveira, vai definir se os acusados serão submetidos a júri popular.

O processo que também foi devolvido à Justiça, depois de diversas alegações da defesa, acusação e Ministério Público. A audiência de instrução e julgamento, foi realizada em duas etapas em julho, e na ocasião foram ouvidas 42 pessoas, entre testemunhas de defesa e acusação, além dos cinco acusados do crime, entre eles o mandante do crime, José Rubem Firmo, vice-prefeito de Ivanildo.

O crime que chocou e teve repercussão nacional no país, pode ter mais um capítulo doloroso para a família da vítima, pois segundo fontes ligadas aos envolvidos, todos os cinco poderão ter sua liberdade parcialmente decretada pelo judiciário, e assim aguardar o julgamento do processo em casa, o que tem sido alvo de muitas críticas pela população e por grande parte da internet.

A decisão que será executada nesta quarta-feira, 23 de outubro, pelo juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Marcos Antonio de Oliveira, definirá de que forma Rubem Firmo e os envolvidos no crime bárbaro aguardarão a decisão da pena que foram condenados.

Relembre o caso

Ivanildo Paiva, 57 anos, foi encontrado morto no dia 11 de novembro de 2018, a cerca de 2 km da sede da sua fazenda, na zona rural de Davinópolis. Segundo a polícia, ele foi alvejado com pelo menos sete disparos de arma de fogo. Além disso, a polícia encontrou marcas de tortura em seu corpo. O caso teve ampla repercussão.

Corrida Judiciária

Promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, vem aí a II Corrida da Família Judiciária, que acontecerá dia 27 de outubro, integrando a programação comemorativa ao Dia do Servidor (28 de Outubro).

A corrida terá cronometragem eletrônica, com chip descartável.

O kit será entregue nos dias 25 e 26 de outubro, no Fórum de São Luís.

A idade mínima para atletas participarem da corrida é de 14 anos, com algumas restrições, conforme regulamento e conforme determinação da Confederação Brasileira de Atletismo.

Piloto de fuga no dia da morte de Décio Sá foge de Pedrinhas

SÃO LUÍS - Um dos envolvidos do assassinato do repórter de O Estado e blogueiro Décio Sá, Marcos Bruno Silva de Oliveira, já está na condição de foragido do Poder Judiciário. De acordo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), o interno havia deixado o Complexo Penitenciário de Pedrinhas após ser beneficiado com a saída temporária do Dia das Crianças, no dia 9, e deveria ter retornado no último 15. Além de Marcos Bruno, 25 presidiários, que foram beneficiados nessa saída temporária, também não voltaram ao presídio no prazo estabelecido.

Marcos Bruno estava preso desde novembro de 2012 em Pedrinhas. Ele é acusado de ter dado apoio na fuga de Jhonatan de Souza Silva, autor dos disparos que mataram Décio Sá, no dia 23 de abril de 2012, em um bar da avenida Litorânea, no Calhau.

Em fevereiro de 2014, os dois foram julgados no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Jhonathan Silva foi condenado a 25 anos de prisão pela autoria do crime, enquanto Marcos Bruno, a 18 anos e três meses por ter apoiado o criminoso na fuga. No caso de Bruno, essa condenação foi anulada após a defesa dele ter recorrido.

No novo julgamento, ocorrido em abril de 2016, a sentença foi repetida e Marcos foi novamente condenado a 18 anos e 3 meses. Até o momento, os mandantes desse crime, segundo a polícia, José Alencar Miranda, Gláucio Alencar Pontes de Carvalho e José Raimundo Sales Chaves Júnior, não foram julgados e aguardam em liberdade. O processo desse caso está tramitando na 1ª Vara do Tribunal do Júri que tem como juiz titular Osmar Gomes.

De acordo com a polícia, esse crime foi motivado por denúncias de casos de agiotagem no Maranhão feitas pelo jornalista em seu blog. As investigações apontaram que os envolvidos nesse crime faziam parte de uma quadrilha de agiotas, que emprestava dinheiro para financiar campanhas de candidatos a prefeito que pagavam a dívida após assumirem o cargo, com dinheiro público.

Internada há cinco anos, criança aguarda tratamento domiciliar

A 1ª Vara da Infância e Juventude determinou que a criança, com doença neurodegenerativa, seja transferida para casa, para continuar o tratamento

Ana Rute Silva Cunha tem Atrofia Muscular Espinhal (AME), doença neurodegenerativa e sem cura definitiva, há cinco anos e está internada no Hospital Odorico Amaral de Matos (Hospital da Criança), em São Luís, desde os 6 meses de vida. A mãe da menina, Raquel Soares Silva, espera, ansiosamente, que a filha receba alta do hospital, para continuar o tratamento em casa, devido ao risco grande de infecções hospitalares. Ela disse que há uma decisão judicial que obriga essa internação domiciliar.

Conforme Raquel Soares, sua filha começou a apresentar problemas de saúde com três meses de vida, mas a doença só foi detectada com seis meses, quando ela foi levada ao Hospital da Criança. Lá, descobriram que a menina estava com a AME. Desde então, Ana Rute nunca mais saiu da unidade hospitalar, por causa do tratamento, que é rigoroso. A paciente não consegue movimentar nenhuma parte do corpo com os efeitos da Atrofia Muscular Espinhal.

“A única coisa que ela faz é entender a gente e sorrir. Ela mexe os olhos. É muito complicado. Eu não durmo direito. Não me alimento direito. Eu fico aqui 24 horas”, disse a mãe da criança. Raquel Soares está muito preocupada, porque Ana Rute já contraiu duas infecções hospitalares, recentemente, e um dos rins da menina foi afetado drasticamente.

“Enquanto ela estiver aqui, esse risco vai nos atormentar. Na semana retrasada, minha filha pegou uma infecção muito forte, que danificou seu rim. E agora pegou outra. A situação é muito delicada. Ela corre risco até de morrer se não tomarem logo uma providência e cumprirem o acordo”, observou Raquel Soares, que tem oito filhos. Ela, inclusive, já gastou R\$ 9 mil na reforma de sua casa, no município metropolitano de Raposa, pois o imóvel teve de ser adaptado às limitações físicas da menina. O dinheiro veio, em grande parte, de doações, uma vez que a mãe de Ana Rute está desempregada.

O acordo

Raquel Soares explicou que procurou a Defensoria Pública do Estado (DPE) em 2016 e o defensor público estadual Rafael Silva Veras entrou na Justiça, para pedir que um acordo fosse estabelecido entre as partes envolvidas, como os municípios de Raposa e São Luís, e a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Em maio deste ano, a 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, por meio do juiz José Américo Abreu Costa, determinou que Ana Rute continuasse seu tratamento home care (em casa), em ação obrigatória com pedido de tutela antecipada.

Na sentença, o magistrado alega que o tempo de internação poderia submeter a criança a infecção hospitalar, o que de fato aconteceu, como Raquel Soares contou a O Estado. “Portanto, a alta hospitalar é questão de saúde e qualidade de vida da criança, que poderia ser transferida para o conforto do lar, bem como se colocar a salvo de riscos de contrair doenças de difícil controle”, frisa o juiz em sua decisão acerca do tratamento domiciliar.

Pela decisão, o prazo para implementação do acordo seria de 60 dias, contando da homologação da sentença, que ocorreu no primeiro semestre deste ano. Segundo a determinação judicial, o Termo de Acordo objetiva fornecer insumos, medicamentos e equipe multidisciplinar, distribuindo as tarefas entre o Governo do Estado,

por meio da SES; o Município de São Luís e o Município de Raposa.

Pelo Termo de Acordo, as tarefas foram divididas entre as partes, em questões como fornecimento da equipe multidisciplinar (médico, fonoaudiólogo e fisioterapeuta), de frascos e suporte para alimentação enteral, sonda de gastronomia, luvas de procedimento, gaze estéril, sonda de aspiração, cama, cilindro de oxigênio, aspirador cirúrgico e aparelho de ventilação mecânica. Bem como clorexidina, soro fisiológico, esparadrapo, seringas e máscaras descartáveis.

Segundo Raquel Soares, além de sua filha ainda não ter sido transferida, os medicamentos e insumos não foram fornecidos pelas partes. “Toda hora mudam esse prazo. Eles pedem para esperar mais 60 dias. Já esperei mais de 90 dias. Até agora, nada. Aí, o Estado diz que eu tenho que aguardar mais dois meses para que eles possam comprar as coisas estabelecidas no acordo. É um absurdo isso”, desabafou a mãe da criança.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em nota, que tem adotado todas as providências para cumprimento do acordo estabelecido, recentemente, com a Defensoria Pública, cujo prazo total para sua execução é de 60 dias.

A SES ressaltou que já adquiriu e entregou à família os equipamentos eletrônicos essenciais para a transferência da paciente do hospital para casa. Neste momento, os insumos e cama especial estão em fase de aquisição. Acrescentou, ainda, que será realizada a verificação da fiação elétrica da residência da paciente para a instalação do ar-condicionado, ainda nesta semana. Por fim, a Secretaria acrescentou que tem acompanhando de perto o caso da paciente Ana Rute Silva Cunha, que segue assistida pela equipe multidisciplinar do Hospital da Criança, onde recebe assistência na ala de cuidado a pacientes graves..

SAIBA MAIS

AME

A atrofia muscular espinhal (AME) é uma doença neuromuscular caracterizada por degeneração e perda de neurônios motores da medula espinhal e do tronco cerebral, resultando em fraqueza muscular progressiva e atrofia. Hipotonia, paralisia, arreflexia, amiotrofia e miofasciculação constituem os sinais definidores da doença.

A AME é a segunda doença recessiva letal mais comum em caucasianos (pessoas de pele branca com origem europeia), com uma incidência estimada de 1 em 0.000 nascidos vivos. A doença é classificada com base na idade de início e curso clínico. Nenhuma das formas da doença tem cura definitiva. No entanto, alguns cuidados são indispensáveis nos pacientes afetados, que ajudam a manter a função muscular: fisioterapia e aparelhos ortopédicos. O diagnóstico clínico e a confirmação genética são de fundamental importância, para que estes cuidados se iniciem o mais cedo possível.

A AME é uma doença genética e hereditária, causada por mutações no gene SMN1. Aproximadamente 95% dos indivíduos afetados apresentam a deleção de ambas as cópias do gene (uma cópia transmitida pela mãe e a outra pelo pai).

Presidente do TJMA empossa juiz na capital

O Termo de Compromisso e Posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário Lobão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, empossou, nesta terça-feira (22), em seu gabinete, o juiz de Direito (auxiliar de entrância final), Antonio Donizete Aranha Baleeiro.

Titular da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco, o juiz Antonio Donizete Aranha Baleeiro foi promovido pelo critério de antiguidade. A promoção foi aprovada na 15ª sessão plenária administrativa ordinária, realizada no dia 16 de outubro.

CARREIRA - Ingressou na magistratura em novembro de 2001 como juiz titular em Amarante do Maranhão. Em seguida foi para Porto Franco onde passou mais de 15 anos, sendo promovido, agora, para a Comarca da Ilha de São Luís.

“Estava adaptado na Comarca de Porto Franco que tem uma demanda muito grande. Ela tem como Termos: Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso. Este ano tivemos uma produção muito boa, porém, decidi vir para a capital onde tenho novos desafios”, finalizou.

O Termo de Compromisso e Posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário Lobão, com a presença da desembargadora Graças Duarte Mendes e Daniel Amarante, ex-servidor da Comarca de Porto Franco e atual assessor do gabinete do desembargador João Santana.

Prefeitura diz que reforma no terminal é de responsabilidade das empresas de ônibus

O auto de infração emitido pela Defesa Civil informa que duas plataformas do terminal foram interditadas pois correm risco de desabar

A Prefeitura de São Luís emitiu uma nota de esclarecimento a respeito da interdição parcial realizada na manhã desta terça-feira, 22, no Terminal de Integração da Praia Grande, na Avenida Vitorino Freire, no Centro de São Luís.

Segundo a nota, os terminais de integração de São Luís são de responsabilidade dos consórcios de empresas de ônibus que participaram da última licitação do transporte público da capital. O responsável pelo Terminal da Praia Grande é o Consórcio Taguatur Ratrans - Consórcio Central.

O auto de infração emitido pela Defesa Civil informa que duas plataformas do terminal foram interditadas pois correm risco de desabar. O consórcio ainda recorreu, mas a Justiça manteve a decisão. Somente duas das quatro plataformas estão funcionando de forma regular.

Preliminarmente, a decisão era de que o terminal de integração fosse interditado por completo, no entanto, após um pedido feito pela Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu um novo documento autorizando o funcionamento parcial do local.

A prefeitura disse ainda que consta no contrato que a manutenção, limpeza e toda a administração são de responsabilidades das empresas unidas por meio de consórcios.

“Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central”, disse a prefeitura por meio de nota.

Confira a nota na íntegra:

A Prefeitura de São Luís esclarece que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as

irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

61ª edição da Expoema é aberta e atrai público em São Luís

A Expoema traz uma vasta programação, com cursos, palestras, leilões, atrações culturais e rodeios da companhia Italo Todde

Teve início, nesse domingo (20), e se estende até o dia 27 de outubro, a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), no Parque Independência, em São Luís. O vice-governador Carlos Brandão participou da abertura oficial da feira, que é uma realização da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) e conta com o apoio do Governo do Estado.

Em sua 61ª edição, a Expoema traz uma vasta programação, com cursos, palestras, leilões, atrações culturais e, como novidade, os rodeios da companhia Italo Todde, que ocorrem entre os dias 24 e 27, e devem fazer parte do cronograma permanente da exposição.

De acordo com a organização, o evento deste ano busca priorizar a produção de conhecimento - em parceria com instituições de ensino - e a prestação de serviços à comunidade, com o apoio de órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

“O objetivo é que os participantes saiam da exposição com informações importantes para o desenvolvimento do agronegócio”, informou o presidente da Ascem, Ivaldeci Mendonça, que também destacou o apoio do governo do Maranhão para a realização do evento.

“Não se faz uma exposição dessas sem apoio, sem andar de mãos dadas. Graças à colaboração do Governo do Estado e de outras frentes, a Expoema 2019 é uma realidade e será ainda melhor no próximo ano”, enfatizou Mendonça.

Consolidada como uma das maiores feiras do setor no estado, a Expoema proporciona um importante espaço de encontro entre produtores, a troca de experiências e a realização de negócios. Para o vice-governador Carlos Brandão, o evento é uma iniciativa exitosa que deve ser valorizada.

“É um momento de oportunidades para criadores, investidores e todos desse ramo que, aqui, podem aprender, compartilhar experiências e realizar grandes negócios. É um evento que fortalece o agronegócio no estado e, por isso, tem a parceria do nosso Governo”.

Terminal da Praia Grande é interditado parcialmente por risco de desabamento

O Terminal de Integração da Praia Grande, na Avenida Vitorino Freire, no Centro de São Luís, começou esta terça-feira (22) parcialmente interditado. Duas plataformas não estão funcionando por risco de desabamento e até incêndio, segundo auto de infração da Defesa Civil. O consórcio chegou a recorrer, mas a Justiça manteve a decisão.

A decisão inicial era de interditar o terminal por completo, mas depois de um pedido da Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu novo laudo que autoriza o funcionamento parcial do local. Assim, apenas duas das quatro plataformas estão em funcionamento.

Na manhã desta terça, agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) estavam acompanhando o fluxo dos ônibus. Como duas plataformas foram interditadas, o trânsito dentro do terminal ficou mais lento, pois todos os veículos passaram a revezar as outras duas plataformas liberadas para uso.

Os terminais são de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, que repassou a administração para consórcios de empresas que participaram da última licitação do transporte público da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, o responsável é o Consórcio Taguatur Ratrans - Consórcio Central.

A administração dos terminais por parte dos consórcios começou em 2016. A prefeitura disse que consta no contrato entre as partes que a manutenção, limpeza e toda a administração passaram a ser das empresas unidas por meio de consórcios.

“Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central”, disse a prefeitura por meio de nota.

A inspeção que confirmou os problemas estruturais no terminal foi feita pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Os problemas atingem telhados, colunas e, por isso, há risco de desabamento. O Ministério Público também acompanha o caso.

“A Defesa Civil constatou a iminência de um acidente. Então enquanto se discute de quem é a responsabilidade, a população está aqui [no terminal] para pegar ônibus com esse risco de desabamento. Então, antes que ocorra uma tragédia de proporções incalculáveis, a Defesa Civil interdita o terminal para se discutir onde vai ser a distribuição das linhas e da integração”, disse a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcante.

Nota da Prefeitura de São Luís

A Prefeitura de São Luís esclarece que o Terminal de Integração da Praia Grande segue em operação, porém com duas plataformas isoladas por orientação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual para que sejam

reformadas.

Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, conseqüentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os demais consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

Em função do impasse, a SMTT está no local desde cedo para organizar a logística e minimizar os transtornos aos passageiros.

Servidor do TJ apresenta em Portugal trabalho sobre atuação do Judiciário maranhense nas audiências de custódia

O secretário judicial da Comarca de Barreirinhas, Wilson Pinho Filho, apresentou, durante o IV Congresso Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra - Simpósio de Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, realizado no período de 16 a 18 de outubro, a pesquisa "Atuação do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Audiência de Custódia para garantir e efetivar os direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Constituição brasileira de 1988".

O trabalho apresentado pelo servidor do TJMA é fruto de uma pesquisa monográfica escrita entre os anos 2014 e 2017. As audiências de custódia do Poder Judiciário maranhense foram regulamentadas pelo Provimento n. 11/2016, atualizado pelo Provimento n. 13/2018, na gestão do desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Para a elaboração do trabalho, o servidor entrevistou desembargadores, juízes, promotores de justiça, defensores públicos, servidores e a população em geral. "Essas fontes foram essenciais para a compreensão do contexto da audiência de custódia no Maranhão, especificamente no Termo Judiciário de São Luís, Comarca da Ilha de São Luís", explicou Wilson.

No trabalho apresentado, o servidor pretende confirmar a atuação do TJ na realização da audiência de custódia, como forma de garantir direitos nacionais e internacionalmente reconhecidos, e abrir uma discussão sobre o pioneirismo do Maranhão neste procedimento. "Mesmo que tal característica seja atribuída ao estado de São Paulo, pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça)", afirma o palestrante.

O trabalho foi aprovado no simpósio: Violência, Segurança pública e Direitos Humanos, sob a coordenação dos professores Sidney Guerra e Tatiana de Almeida Cardoso Squelf.

"A experiência é enriquecedora, tendo em vista a possibilidade de apresentar ao mundo o que o Maranhão tem produzido de positivo e de trocar discussões, além disso foi uma forma de destacar que, com todas as dificuldades enfrentadas no tempo contemporâneo, ainda há políticas públicas, desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Maranhão, a fim de cumprir e contribuir com os direitos humanos, que são fundamentais para valorização e respeito de direitos nacionais e internacionalmente reconhecidos", finalizou. (Asscom CGJ)

Assembleia Geral para alteração do Código de Ética e Festa do Servidor ficam transferidas para dezembro

A diretoria executiva do Sindjus-MA, após se reunir, decidiu não realizar a festa anual pelo Dia do Servidor (28 de outubro) que seria comemorada no dia 02 de novembro, na Sede Recreativa da entidade. A decisão também tem o objetivo de não coincidir com a programação preparada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Dessa forma, a festa em homenagem ao servidor será comemorada no mês de dezembro com programação a ser divulgada em data oportuna.

A diretoria executiva informa ainda que a Assembleia Geral Extraordinária, que seria realizada no dia 02 de novembro, para discutir alteração do Código de Ética da entidade, será transferida para o mês de dezembro, na oportunidade da Festa de Confraternização do Servidor do Judiciário promovida pelo Sindjus-MA.